

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Setembro/2018



Concurso Público para provimento de vagas de Consultor Técnico-Legislativo Categoria Revisor de Texto

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'C27', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

**PROVA
OBJETIVA****Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos**

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Foque atenção e esforços positivos para atingir o que almeja.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 3 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 6, baseie-se no texto abaixo.

Juventude de hoje, de ontem e de amanhã

A juventude é estranha porque é a velhice do mundo passada indefinidamente a limpo. Uma geração lega à outra um magma de erros e sabedoria, de vícios e virtudes, de esperanças e desilusões. O jovem é o mais velho exemplar da humanidade. Pesa-lhe a herança dos conhecimentos acumulados; pesa-lhe o desafio do que não foi conquistado; a inadequação entre o idealismo e o egoísmo prático; pesa-lhe o inconsciente da raça, esta sessão espírita permanente, através da qual cada homem se comunica com os mortos.

No encontro de duas gerações, a que murcha e a que floresce, há uma irrisão dramática, um momento de culpas, apreensões e incertezas. As duas figuras se contemplam: o jovem é o passado do velho, e este é o futuro que o jovem contempla com horror. Assim, o momento desse encontro é um espelho cujas imagens o tempo deforma, sem que se desfaça, para o moço e para o velho, a sinistra impressão de que as duas figuras são uma coisa só, um homem só, uma tragédia só.

O poeta romântico inglês Shelley poderia ser o padrão do adolescente de todas as épocas: nasceu de família respeitável e rica, foi bonito, sincero, revoltado, idealista, violento, amoroso, apaixonado pela vida e pela morte, inteligente, confuso e, sobretudo, de uma sensibilidade crispada. Não era um monstro: seus atos eram a consequência lógica de suas ideias, da lealdade às suas crenças. E enquanto escrevia versos musicais, fecundados de amor cósmico, esperança e idealismo social, atirava-se feroz contra o conformismo do clero, a monarquia, as leis vigentes, o farisaísmo universal.

(Adaptado de CAMPOS, Paulo Mendes. **O amor acaba**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 135-136)

1. A afirmação inicial *A juventude é estranha* encontra em seguida uma justificativa quando o autor argumenta que os jovens,
 - (A) assim como os mais velhos, dão a vida passada por vivida, recusando-se a crer que ainda haja ideais a serem perseguidos.
 - (B) ao contrário dos velhos, buscam passar seu próprio tempo a limpo, livrando-o da carga pesada dos erros passados.
 - (C) incorporando valores de outros tempos, acumulam erros e acertos do passado, como se numa transmissão sobrenatural.
 - (D) rejeitando as heranças culturais disponíveis, têm a ilusão de que renovam tudo, ainda quando repitam erros do passado.
 - (E) espelhando-se em si mesmos, acabam reabilitando e nobilitando ideais que se perderam em antigos combates.

2. O poeta inglês Shelley, segundo o autor do texto, *poderia ser o padrão do adolescente de todas as épocas* porque nele
 - (A) o espírito revoltoso de um marginalizado fazia dele uma personalidade arrebatada pelos mais ferozes ressentimentos.
 - (B) a sensibilidade à flor da pele fazia com que ele se dedicasse plenamente ao culto dos mais altos ideais.
 - (C) as qualidades negativas deixavam em segundo plano as positivas, o que favorecia sua expressão romântica.
 - (D) os impulsos amorosos, idealistas e esperançosos conviviam com duras invectivas contra o que julgasse maligno.
 - (E) as intenções críticas mais contundentes acabavam sucumbindo ao lirismo e à índole mística de seu temperamento.

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *é a velhice do mundo passada indefinidamente a limpo* (1^o parágrafo) = é a humanidade velha imperando oportunamente sobre a nova.
 - (B) *Uma geração lega à outra um magma de erros e sabedoria* (1^o parágrafo) = na alternância de deslizos e acertos, magnetizam-se as gerações.
 - (C) *uma irrisão dramática, um momento de culpas* (2^o parágrafo) = um drama irrisório, um instante de remorsos.
 - (D) *a sinistra impressão de que as duas figuras são uma coisa só* (2^o parágrafo) = a incrível sensação de que ambas as imagens são uma única.
 - (E) *atirava-se feroz contra o conformismo do clero* (3^o parágrafo) = empenhava-se bravamente no combate à resignação da classe clerical.

4. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:
 - (A) Não parece ao autor do texto, que os mais jovens omitam experiências antigas, de sorte que as carregam nos valores aonde elas se embutem.
 - (B) Ao buscar entender os jovens – Paulo Mendes Campos, poeta e cronista, acredita que lhes caracteriza sobretudo o peso dos antecedentes.
 - (C) O cronista encontrou no poeta Shelley, uma espécie de paradigma da juventude, conquanto a representa tanto nos erros como nos acertos.
 - (D) O autor não postula a convicção de que os jovens sejam tão criativos, a ponto de se deixarem denegar das experiências mais antigas.
 - (E) O autor do texto – cronista e poeta dos bons – acredita que cada nova geração absorve as experiências das que a antecederam.



5. Há emprego de voz passiva e adequada correlação entre os tempos e modos verbais na frase:
- (A) Reconheçam-se na geração de hoje as experiências das gerações passadas, para que bem se compreenda a importância da transmissão dos valores.
 - (B) Não fossem as experiências dos mais velhos, cada geração haverá de contar apenas com suas intuições e sentimentos.
 - (C) Muitos jovens terão deixado de reconhecer a importância das experiências de outras gerações, mesmo que vierem a desfrutar delas.
 - (D) Ainda que muitos jovens acreditassem que nada os ligava às gerações passadas, não terão como deixar de reconhecer o respeito que lhes devem.
 - (E) Caso o comportamento de um jovem pareça monstruoso, pelo que guarda de paradoxal, é preciso considerar a força que o leva às indecisões.
-
6. O **verbo** indicado entre parênteses deverá flexionar-se de modo a concordar com o elemento sublinhado na frase:
- (A) Ao jovem (**poder**) desagradar as imagens da velhice, que ele bem sabe que o aguardam, se a vida é longa.
 - (B) O autor valeu-se das imagens dos espelhos, símbolos capazes de figurar as duplicidades a que (**costumar**) render-se a personalidade humana.
 - (C) Nunca (**dever**) contar com nossa complacência os erros em que teimosamente persistimos, apesar de já identificados no passado.
 - (D) O autor não se (**deixar**) alimentar senão por convicções pessimistas, nas suas observações acerca da natureza humana.
 - (E) Não (**haver**) de faltar aos moços alguma desconfiança, ao menos quanto à importância das experiências passadas.
-

Atenção: Para responder às questões de números 7 a 12, baseie-se no texto abaixo.

Uma palavra sobre cultura e Constituição

Todas as Constituições brasileiras foram lacônicas e genéricas ao tratar das relações entre cultura e Estado. Não creio que se deve propriamente lamentar esse vazio nos textos da Lei Maior. Ao Estado cumpre realizar uma tarefa social de base cujo vetor é sempre a melhor distribuição da renda nacional. Na esfera dos bens simbólicos, esse objetivo se alcança, em primeiro e principal lugar, construindo o suporte de um sistema educacional sólido conjugado com um programa de apoio à pesquisa igualmente coeso e contínuo.

A sociedade brasileira não tem uma “cultura” já determinada. O Brasil é, ao mesmo tempo, um povo mestiço, com raízes indígenas, africanas, europeias e asiáticas, um país onde o ensino médio e universitário tem alcançado, em alguns setores, níveis internacionais de qualidade e um vasto território cruzado por uma rede de comunicações de massa portadora de uma indústria cultural cada vez mais presente.

O que se chama, portanto, de “cultura brasileira” nada tem de homogêneo ou de uniforme. A sua forma complexa e mutante resulta de interpenetrações da cultura erudita, da cultura popular e da cultura de massas. Se algum valor deve presidir à ação do Poder Público no trato com a “cultura”, este não será outro que o da liberdade e o do respeito pelas manifestações espirituais as mais diversas que se vêm gestando no cotidiano do nosso povo. Em face dessa corrente de experiências e de significados tão díspares, a nossa Lei Maior deveria abster-se de propor normas incisivas, que soariam estranhas, porque exteriores à dialética das “culturas” brasileiras. Ao contrário, um certo grau de indeterminação no estilo de seus artigos e parágrafos é, aqui, recomendável.

(Adaptado de: BOSI, Alfredo. **Entre a Literatura e a História**. São Paulo: Editora 34, 2013, p. 393-394)

7. A frase *Não creio que se deve propriamente lamentar esse vazio nos textos da Lei Maior* (1^o parágrafo) é justificada pelo autor com base na sua convicção de que
- (A) o Poder Público não pode interferir em qualquer aspecto de uma cultura nacional, que deve ser espontânea e livre do alcance da Constituição.
 - (B) a sociedade brasileira, conquanto não seja homogênea, é suficientemente madura para formular as normas que devem reger sua cultura tradicional.
 - (C) a complexidade das culturas brasileiras não deve ser objeto de uma legislação que venha a abranger e determinar tão diversas manifestações.
 - (D) o Estado não pode permitir que seja lacunosa a legislação sobre matérias culturais, que deve ser rigorosa e o mais específica possível.
 - (E) a dinâmica das várias culturas existentes no país garante que não haja entre elas algum atrito que ponha em risco a impermeabilidade de cada uma.



8. Se na esfera socioeconômica cabe ao Estado propiciar uma melhor distribuição de renda, na esfera dos bens simbólicos um objetivo equivalente se alcança com
- (A) uma configuração coerente da meta educacional com o sistema financeiro.
 - (B) uma legislação escolar minuciosa com incentivos à pesquisa pura.
 - (C) um processo de integração mais coeso entre produção e consumo cultural.
 - (D) um sistema educacional voltado para a pesquisa de ponta e de longo prazo.
 - (E) um programa de educação consistente aliado à pesquisa sistemática.

9. Um mesmo posicionamento do autor está expresso e ratificado nestes dois segmentos:

- (A) *O que se chama, portanto, de "cultura brasileira" (3º parágrafo) / propor normas incisivas (3º parágrafo).*
- (B) *Não creio que se deve propriamente lamentar esse vazio (1º parágrafo) / um certo grau de indeterminação [...] é [...] recomendável (3º parágrafo).*
- (C) *Ao Estado cumpre realizar uma tarefa social de base (1º parágrafo) / resulta de interpenetrações da cultura erudita, da cultura popular e da cultura de massas (3º parágrafo).*
- (D) *Constituições [...] foram lacônicas (1º parágrafo) / suporte de um sistema educacional sólido (1º parágrafo).*
- (E) *algum valor deve presidir à ação do Poder Público (3º parágrafo) / exteriores à dialética das culturas brasileiras (3º parágrafo).*

10. Ao contrário, um certo grau de indeterminação no estilo de seus artigos e parágrafos é, aqui, recomendável.

Numa nova redação, mantêm-se o sentido e a correção da frase acima iniciando-se por **É recomendável que** e seguindo-se com esta complementação:

- (A) ao contrário, seja aqui gradual e indeterminado o estilo de seus artigos e parágrafos.
- (B) nesse sentido, o estilo de seus artigos e parágrafos se manifeste ao contrário de uma certa indeterminação.
- (C) se dê o contrário, por aqui, cujos artigos e parágrafos tenham um estilo algo indeterminado.
- (D) estilos e parágrafos, inversamente, sejam escamoteados por um certo grau de indeterminação.
- (E) o estilo de seus artigos e parágrafos, pelo contrário, contemple aqui alguma indeterminação.

11. Observando-se a construção da frase *Não creio que se deve propriamente lamentar esse vazio nos textos da Lei Maior*, é correto afirmar que

- (A) a oração *Não creio* tem por sujeito a oração subsequente.
- (B) no caso de substituição da forma *Não creio* por **Não é crível**, o sujeito manter-se-á o mesmo.
- (C) os termos *nos textos* e *da Lei Maior* são complementos verbais.
- (D) no caso de substituição de *Não creio* por **Não tenho a convicção**, a regência seguinte passará a ser nominal.
- (E) uma forma da voz ativa equivalente a *que se deve propriamente lamentar* é **que deve ser propriamente lamentado**.

12. Está plenamente adequada a pontuação da seguinte frase:

- (A) Ao comentar, em termos incisivos a relação entre cultura e Constituição o autor do texto, faz ver a partir de seguras ponderações, que o Estado tendo tarefas sociais de fundamental importância, não deve ainda assim determinar quais sejam, as diversas manifestações culturais em nosso país.
- (B) Ao comentar, em termos incisivos, a relação entre cultura e Constituição, o autor do texto faz ver, a partir de seguras ponderações, que o Estado, tendo tarefas sociais de fundamental importância, não deve, ainda assim, determinar quais sejam as diversas manifestações culturais em nosso país.
- (C) Ao comentar em termos incisivos, a relação entre cultura e Constituição, o autor do texto faz ver a partir de seguras ponderações, que o Estado tendo tarefas sociais de fundamental importância, não deve ainda assim determinar quais sejam, as diversas manifestações culturais em nosso país.
- (D) Ao comentar em termos incisivos a relação, entre cultura e Constituição, o autor do texto faz ver, a partir de seguras ponderações que o Estado, tendo tarefas sociais, de fundamental importância, não deve ainda assim, determinar quais sejam as diversas manifestações culturais em nosso país.
- (E) Ao comentar em termos incisivos, a relação entre cultura e Constituição o autor do texto faz ver, a partir de seguras ponderações que o Estado, tendo tarefas sociais de fundamental importância não deve, ainda assim, determinar quais sejam, as diversas manifestações culturais em nosso país.

**Direito Constitucional**

13. A fim de adequar a despesa com pessoal ativo e inativo ao limite estabelecido em lei complementar federal, o Governador de determinado Estado promoveu a redução em 30% das despesas com cargos em comissão e funções de confiança, além de ter exonerado servidores ocupantes de cargos efetivos há menos de 3 anos em exercício. Nessa hipótese, o Governador do Estado procedeu de modo
- (A) compatível com a Constituição Federal, fazendo, no entanto, os servidores que houverem perdido os cargos nas referidas condições jus à indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço.
 - (B) compatível com a Constituição Federal, considerando-se extintos os cargos objeto de redução, vedada a criação de cargo, emprego ou função com atribuições iguais ou assemelhadas pelo prazo de quatro anos.
 - (C) incompatível com a Constituição Federal apenas no que se refere aos servidores ocupantes de cargo efetivo, que farão jus à reintegração ao serviço.
 - (D) incompatível com a Constituição Federal apenas em relação aos cargos em comissão e funções de confiança, por ter extrapolado o limite estipulado constitucionalmente, sendo ainda assegurada aos ocupantes de cargo efetivo indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço.
 - (E) incompatível com a Constituição Federal, tanto em relação aos ocupantes de cargos em confiança, que fazem jus à indenização correspondente a um mês de remuneração por ano de serviço, quanto em relação aos ocupantes de cargo efetivo, que fazem jus à reintegração ao serviço.
-
14. Considere que, por meio de decisões judiciais, tenham sido determinadas as seguintes providências:
- I. Suspensão das atividades de associação de torcedores de agremiação esportiva cujos dirigentes estejam envolvidos na prática reiterada de atos ilícitos.
 - II. Realização de busca e apreensão de aparelhos celulares e microcomputadores na casa de suspeito investigado pela prática de crime contra a vida.
 - III. Interceptação das comunicações telefônicas de servidores públicos supostamente envolvidos na prática de atos de improbidade administrativa, para produção de provas no curso de processo administrativo disciplinar.
- São compatíveis com a Constituição Federal APENAS as decisões judiciais referidas em
- (A) I, independentemente de trânsito em julgado; e II, vedado, neste caso, o cumprimento da determinação durante o período noturno.
 - (B) I, desde que se trate de decisão transitada em julgado; e III, autorizado o empréstimo de prova para instrução de eventual processo penal.
 - (C) II, autorizado o cumprimento da determinação a qualquer hora do dia ou da noite; e III, autorizado o empréstimo de prova para instrução de eventual processo penal.
 - (D) I, independentemente de trânsito em julgado; e III, vedado, neste caso, porém, o empréstimo de provas para outros fins.
 - (E) I, desde que se trate de decisão transitada em julgado; e II, autorizado o cumprimento da determinação a qualquer hora do dia ou da noite.
-
15. Ao término do primeiro ano de determinada legislatura, apurou-se que as Casas do Legislativo federal adotaram ou deliberaram, entre outras, sobre as seguintes medidas:
- I. Julgamento das contas anuais prestadas pelo Presidente da República.
 - II. Aprovação, após arguição pública, da escolha de Ministro do Tribunal de Contas da União indicado pelo Presidente da República.
 - III. Autorização de operação externa de natureza financeira de interesse do Distrito Federal.
 - IV. Extinção de Ministérios.
- À luz da Constituição Federal, são de competência do Congresso Nacional
- (A) o julgamento das contas do Presidente da República e, sujeita à sanção do Presidente da República, a autorização de operação externa de natureza financeira de interesse do Distrito Federal; as demais medidas são de competência da Câmara dos Deputados.
 - (B) o julgamento das contas do Presidente da República e, sujeita à sanção do Presidente da República, a extinção de Ministérios; as demais medidas são de competência do Senado Federal.
 - (C) a autorização de operação externa de natureza financeira de interesse do Distrito Federal e a extinção de Ministérios, sujeitas ambas à sanção do Presidente da República; as demais medidas são de competência do Senado Federal.
 - (D) a aprovação da escolha do Ministro do Tribunal de Contas da União e, sujeita à sanção do Presidente da República, a autorização de operação externa de natureza financeira de interesse do Distrito Federal; as demais medidas são de competência da Câmara dos Deputados.
 - (E) o julgamento das contas do Presidente da República, a aprovação da escolha de Ministro do Tribunal de Contas da União e, sujeita à sanção do Presidente da República, a autorização de operação externa de natureza financeira de interesse do Distrito Federal; a extinção de Ministérios não se insere dentre as competências das casas legislativas, sendo a deliberação respectiva incompatível com a Constituição Federal.



16. Suponha que o Tribunal de Contas do Distrito Federal apresente à Câmara Legislativa projeto de lei dispendo sobre aspectos relacionados à organização e ao funcionamento do próprio Tribunal de Contas. Aprovado por maioria de votos, presente à sessão deliberativa a maioria absoluta dos Deputados Distritais, o projeto é encaminhado para sanção do Governador do Distrito Federal que, no entanto, o veta integralmente, por contrariedade à Lei Orgânica.
- Nessa hipótese, à luz das regras de processo legislativo estabelecidas na Lei Orgânica do Distrito Federal, o veto do Governador é
- (A) cabível, uma vez que se trata de matéria de iniciativa exclusiva do Governador do Distrito Federal, ainda que possa ser veiculada por lei ordinária.
 - (B) cabível, uma vez que não foi atingido o quórum necessário para aprovação de lei ordinária, exigida para veicular a matéria, ainda que a iniciativa para sua propositura seja efetivamente do Tribunal de Contas do Distrito Federal.
 - (C) cabível, uma vez que se trata de matéria reservada à lei complementar, a ser aprovada pelo voto da maioria absoluta dos Deputados Distritais, ainda que a iniciativa para sua propositura seja efetivamente do Tribunal de Contas do Distrito Federal.
 - (D) cabível, uma vez que se trata de matéria inserida na competência do Governador para dispor, mediante decreto, sobre a organização e o funcionamento da administração do Distrito Federal.
 - (E) incabível, uma vez que foram observadas as regras referentes à iniciativa, à espécie legislativa e ao quórum de aprovação respectivo, previstas na Lei Orgânica do Distrito Federal.

17. Determinada Secretaria do Governo do Distrito Federal recebe pedidos de cidadãos residentes em Brasília de obtenção de acesso a informações sobre a fiscalização dos recursos públicos destinados, por meio da Pasta, a organizações não governamentais, bem como sobre a relação de cargos em comissão ocupados e vagos no referido órgão. Diante do que dispõe a Lei Distrital 4.990/2012, que regula o acesso a informações no Distrito Federal,
- (A) caberá aos interessados apresentar justificativa para o requerimento de informações referentes à relação de cargos em comissão, por se tratar de informações de caráter personalíssimo, cabendo, por outro lado, a administração informar, em prazo não superior a vinte dias, o local e o modo para se realizar a consulta aos dados referentes à fiscalização de recursos públicos destinados a organizações não governamentais.
 - (B) os requerimentos deverão ser respondidos no prazo máximo de trinta dias, sob pena de crime de responsabilidade do Secretário de Estado respectivo, devendo as respostas conter informações precisas e, quando necessário, ser respaldadas com relatórios, tabelas, quadros informativos e demais documentos afetos aos questionamentos.
 - (C) as informações referentes aos cargos em comissão devem ser disponibilizadas independentemente de requerimento, ao passo que as referentes ao repasse de recursos públicos a organizações não governamentais não poderá ser fornecida antes de 5 anos, por serem classificadas pela lei como reservadas, uma vez que podem pôr em risco a condução de negociações ou relações internacionais do País.
 - (D) trata-se de informações que devem ser divulgadas independentemente de requerimento, cabendo ao órgão da Administração utilizar, para sua divulgação, sítios oficiais na Rede Mundial de Computadores – Internet, devendo ser informados aos requerentes o lugar e a forma pela qual se pode consultar, obter ou reproduzir as informações requeridas, desonerando o órgão de seu fornecimento direto, salvo se os requerentes declararem não disporem de meios para a realização de tais procedimentos.
 - (E) os pedidos, para serem atendidos, devem conter a identificação do requerente, com a indicação de nome completo, do número de qualquer documento oficial e da informação de contato, ademais de ser facultado aos interessados a inclusão de endereço eletrônico para o recebimento das informações solicitadas, sendo vedado, no entanto, serem os requerimentos formulados por menor de idade.

Direito Administrativo

18. Um ente federado pretende desenvolver projeto para ampliação e conservação de sua malha rodoviária, com vistas a permitir o escoamento da produção de sua indústria, propiciando desenvolvimento econômico e social com benefícios à população. Poderá fazê-lo mediante
- (A) licitação para as obras de construção da rodovia, com base na Lei nº 8.666/1993, e, após a conclusão, outro certame sob o mesmo regime, para exploração dos serviços rodoviários mediante cobrança de tarifa.
 - (B) concessão de serviço público precedida de obra pública, com a obrigação de a concessionária realizar as obras de ampliação, ficando a manutenção e conservação por conta da Administração direta, que poderá instituir pedágio como sua forma de remuneração.
 - (C) poderá licitar a contratação sob qualquer das formas legalmente admitidas, desde que explore o serviço diretamente, vedada a terceirização.
 - (D) permissão de serviço público e obra pública, outorgando ao permissionário a titularidade do referido serviço e o dever de execução da obra necessária.
 - (E) licitação para contratação de uma concessão de serviço público precedida de obra pública, cabendo à concessionária realizar a obra viária e se remunerar mediante cobrança de tarifa e, a depender do edital e contrato, por meio de receitas acessórias.



19. Diversos mecanismos de controle da Administração pública são passíveis de serem utilizados, sejam eles internos ou externos à organização administrativa. Dentre as formas de exercício do controle interno da Administração, considerando o disposto na Lei nº 9.784/1999,
- (A) o recurso administrativo possibilita que os atos administrativos sejam revistos por razões de legalidade, sejam eles discricionários ou vinculados.
 - (B) o pedido de reconsideração é uma forma de submeter as decisões administrativas à instância superior para juízo revisional.
 - (C) o recurso hierárquico é a mais efetiva, porque enseja análise por autoridade superior, diferentemente dos demais recursos.
 - (D) a revisão de ofício só pode ter lugar nos atos discricionários, eis que admitem mais de um exame de conveniência e oportunidade.
 - (E) a interposição de recurso impede o exercício do juízo de reconsideração pela autoridade que proferiu o ato, sendo imperiosa a submissão à autoridade superior.
-
20. A Administração pública de determinado ente federado celebrou regularmente, com base na Lei nº 8.666/1993, contrato de prestação de serviços de manutenção em informática, para as máquinas de marcas e modelos previamente indicados, instaladas nas repartições indicadas. Nessa hipótese,
- (A) a contratação pode ter se dado mediante inexigibilidade de licitação, tendo em vista que a natureza dos serviços contratados inviabiliza a instauração de competição entre potenciais interessados.
 - (B) houve irregularidade na licitação, sendo vedada a indicação de marca e modelo dos bens objetos da contratação, sob pena de ofensa ao princípio da isonomia.
 - (C) o ajuste pode ter sido firmado mediante dispensa de licitação, pois a contratação de serviços de informática é uma das hipóteses legais de dispensa de licitação.
 - (D) pode ter sido realizada licitação na modalidade concorrência para a contratação dos serviços, estes que por serem executados de forma contínua poderão ter o contrato prorrogado sucessivamente, por iguais períodos, não ultrapassando sessenta meses.
 - (E) a contratação foi precedida de concorrência, por se tratar de hipótese que expressamente exige tal modalidade licitatória, aplicando-se ao contrato a limitação temporal da vigência do crédito orçamentário.
-
21. Em contrato de construção de uma unidade prisional regido pela Lei nº 8.666/1993 assistem às partes, Administração pública e contratada, direitos e obrigações pertinentes ao objeto da avença, tais como:
- (A) à Administração pública é autorizada a edição de atos unilaterais que produzam efeitos na execução contratual, bem como na relação contratual com os funcionários e prestadores de serviço da contratada, como expressão de seu poder hierárquico.
 - (B) à contratada é facultado suspender a execução do contrato diante do descumprimento, pela Administração pública, de qualquer cláusula contratual, desde que a mora seja superior a 60 dias.
 - (C) a incidência do poder de polícia administrativo para autorizar a limitação de direitos contratualmente assegurados, prescindindo, nesse caso, de indenização, em razão da excepcionalidade das medidas.
 - (D) a possibilidade da contratada recusar alterações contratuais quantitativas que impliquem supressão do objeto superior a 25% do valor do contrato.
 - (E) a incidência do poder disciplinar sobre as relações contratuais, permitindo que a Administração pública imponha alterações contratuais quantitativas e qualitativas, majorando ou suprimindo o objeto em até 50% de seu valor, preservado seu o equilíbrio econômico financeiro.
-

Processo Legislativo

22. A Lei Complementar nº 13, de 3 de setembro de 1996, disciplina a redação, alteração e consolidação das leis no Distrito Federal. A respeito da articulação das leis, dispõe que
- (A) o número é a unidade de articulação que complementa o sentido oracional da alínea e, como unidade complementar de articulação, é sempre dependente da alínea.
 - (B) o parágrafo é a unidade complementar de articulação que expressa os pormenores necessários à apreensão do sentido do artigo ou as circunstâncias que ampliem ou restrinjam sua intenção, podendo o parágrafo subsistir sem a presença do *caput* do artigo em caso de veto parcial.
 - (C) havendo apenas um inciso, será ele designado pela expressão "Inciso único", seguida de ponto, e, havendo mais de um, serão eles numerados em algarismo romano, seguido de travessão.
 - (D) a alínea é a unidade de articulação que complementa o sentido oracional do parágrafo, e é indicada por letra minúscula, seguida do sinal ")".
 - (E) o sentido oracional do parágrafo deve ser completo, não podendo ser complementado por outras unidades de articulação.
-



23. No âmbito do Distrito Federal, durante a tramitação de projeto de lei,
- (A) poderão ser apresentadas emendas aglutinativas, substitutivas e modificativas, mas não são admitidas emendas supressivas.
 - (B) a proposição de emendas compete exclusivamente aos membros da Câmara Legislativa, conforme dispuser seu Regimento Interno.
 - (C) o *quorum* é a exigência de número mínimo de Deputados Distritais, presentes à sessão da Câmara Legislativa para discussão ou deliberação das matérias objeto de lei.
 - (D) a sanção ou veto apresentados pelo Governador em relação a projeto de lei podem ser retratados, desde que dentro do prazo de 15 dias úteis do qual dispõe o Governador para sanção ou veto.
 - (E) o projeto de lei será aprovado ainda que o número de abstenções ou votos em branco for igual ou superior ao número de votos favoráveis.

24. A respeito das emendas à Lei Orgânica do Distrito Federal, considere as seguintes afirmações:

- I. A proposta de emenda será discutida e votada em dois turnos e considerada aprovada se obtiver, em ambos, o voto favorável de dois terços dos membros da Câmara Legislativa.
- II. A emenda à Lei Orgânica será promulgada pelo Governador do Distrito Federal, com o respectivo número de ordem.
- III. A Lei Orgânica não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, estado de defesa, estado de sítio e estado de calamidade pública.
- IV. A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) II e III.
- (C) II e IV.
- (D) I e IV.
- (E) I, III e IV.

25. O Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal dispõe, a respeito das proposições, o que se afirma em:

- (A) Uma vez apresentadas, só poderão ser retiradas a requerimento da maioria absoluta dos membros da Câmara Legislativa.
- (B) São automaticamente arquivadas, caso se encontrem em tramitação, há três legislaturas.
- (C) Se houver mais de um subscritor, a autoria da proposição é de todos que a subscreverem, ou do primeiro signatário, se as demais assinaturas forem de simples apoio.
- (D) Os projetos de lei complementar, de lei, de resolução e de decreto legislativo destinam-se a dispor sobre matérias para as quais se exige a sanção do Governador.
- (E) Compete a qualquer membro da Câmara Legislativa a autoria de requerimento de convocação de sessão legislativa extraordinária, em caso de urgência ou interesse público relevante.

26. A respeito da discussão e da votação, nos termos do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, é correto afirmar:

- (A) A proposição com discussão encerrada na legislatura anterior não pode ter a discussão reaberta para receber novas emendas.
- (B) O Deputado Distrital que usar a palavra na discussão não pode desviar-se da questão em debate.
- (C) As deliberações da Câmara Legislativa serão tomadas pelo voto favorável da maioria absoluta de seus membros, salvo disposição em contrário do Regimento Interno ou da Lei Orgânica do Distrito Federal.
- (D) Não é admitido o processo simbólico de votação.
- (E) Em caso de empate nas votações ostensivas, deve ser realizada uma nova votação, até que se dê o desempate.

Realidade do Distrito Federal

27. De acordo com seu sistema tributário, ao Distrito Federal compete

- (A) estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou de bens por meio de impostos.
- (B) instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, em conformidade com suas respectivas ocupações profissionais.
- (C) cobrar impostos sobre patrimônio, renda ou serviços da União, estados e municípios, nos termos da Constituição.
- (D) utilizar impostos e taxas com efeito de confisco, conforme dispõe o Código Civil.
- (E) aplicar os impostos reservados aos estados e municípios cumulativamente, nos termos da Constituição.

28. No *Mapa das unidades hidrográficas do Distrito Federal*, elaborado em 1994 pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Distrito Federal, estão definidas três grandes bacias hidrográficas de referência – Paraná, São Francisco e Tocantins/Araguaia –, subdivididas em outras sete, considerando os seus principais rios. Pertencem à do Paraná, pelo mapa, as bacias

- (A) dos rios São Bartolomeu, Descoberto e Corumbá.
- (B) do Lago Paranoá e dos rios Preto e São Marcos.
- (C) dos rios São Bartolomeu, São Marcos e Maranhão.
- (D) dos rios Corumbá, Preto e Descoberto.
- (E) dos rios Descoberto, Maranhão e São Bartolomeu.



Língua Estrangeira: Inglês

Instrução: Responda às questões de números 29 e 30 abaixo SOMENTE se sua opção, na inscrição, foi por **LÍNGUA ESTRANGEIRA: INGLÊS**.

Atenção: Considere a figura e o texto a seguir, para responder às questões de números 29 e 30.

S.3036 - Keep Families Together Act

115th Congress (2017-2018)

BILL Hide Overview ✕

Sponsor: [Sen. Feinstein, Dianne \[D-CA\]](#) (Introduced 06/07/2018)

Committees: Senate - Judiciary

Latest Action: Senate - 06/07/2018 Read twice and referred to the Committee on the Judiciary. ([All Actions](#))

Tracker:

Introduced

Passed Senate

Passed House

To President

Became Law

Keep Families Together Act

This bill prohibits an agent or contractor of the Department of Homeland Security, the Department of Justice, or the Department of Health and Human Services from removing a child who is under the age of 18 and has no permanent immigration status from his or her parent or legal guardian at or near the port of entry or within 100 miles of the U.S. border unless:

- *an authorized state court determines that it is in the child's best interests to be removed;*
- *a state or county child welfare official with expertise in child trauma and development determines that it is in the child's best interests to be removed because of abuse or neglect; or*
- *the Chief Patrol Agent or the Area Port Director authorizes separation based on a documented finding that the child is a trafficking victim or is at significant risk of becoming a victim, a strong likelihood exists that the adult is not the parent or legal guardian, or the child is in danger of abuse or neglect.*

An agency may not remove a child from a parent or legal guardian solely for the policy goals of deterring migration to the United States or of promoting immigration law compliance.

The bill sets forth presumptions: (1) in favor of family and sibling unity and parental rights, and (2) that detention is not in the best interests of families and children.

The Government Accountability Office shall conduct a study of the prosecution of asylum seekers.

(Adapted from: <https://www.congress.gov/bill/115th-congress/senate-bill/3036>)

29. O projeto de lei de que trata o texto

- (A) foi aprovado pelo Senado em junho de 2018.
- (B) foi encaminhado ao Comitê do Judiciário em junho de 2018.
- (C) foi apresentado por uma senadora republicana.
- (D) visa diminuir o fluxo migratório para os Estados Unidos.
- (E) objetiva reforçar o controle nas fronteiras dos Estados Unidos.

30. De acordo com o projeto de lei apresentado,

- (A) a detenção pode ser a melhor solução no caso de crianças suspeitas de serem vítimas de tráfico.
- (B) os direitos dos pais e a união familiar devem prevalecer em qualquer circunstância.
- (C) nenhum indivíduo menor de idade deve ser separado de seus pais, mesmo sob suspeita de que o adulto acompanhante não seja seu genitor.
- (D) abuso ou negligência por parte dos pais configura situação que justifica a criança ser separada deles.
- (E) uma criança só pode ser separada dos pais em caso de violação da lei da imigração.

**Língua Estrangeira: Espanhol**

Instrução: Responda às questões de números 29 e 30 abaixo SOMENTE se sua opção, na inscrição, foi **LÍNGUA ESTRANGEIRA: ESPANHOL**.

Atenção: Considere a figura e o texto a seguir, para responder às questões de números 29 e 30.

COMISIONES UNIDAS DE TRABAJO Y HACIENDA INICIARON DEBATE DE REAJUSTE A INGRESO MÍNIMO MENSUAL

Publicado el 07 de agosto del 2018



La iniciativa que aumenta de \$276.000 a \$283.500 el monto del ingreso mínimo mensual espera ser votada en la jornada de este miércoles 8 de agosto para, posteriormente, ser analizada en la sesión de Sala del lunes 13 de agosto.

Según explicita el Gobierno en el mensaje -dado a conocer en la Cuenta de la Sala de la Cámara esta mañana-, se buscó dar certidumbre a trabajadores y empleadores respecto a un parámetro tan relevante como el ingreso mínimo, razón por la cual se sugiere un reajuste plurianual.

El análisis partió con la exposición del ministro de Hacienda, Felipe Larraín, quien entregó antecedentes sobre los beneficios y potenciales costos de esta implementación. Su exposición fue luego complementada por la intervención del ministro del Trabajo, Nicolás Monckeberg, quien consideró favorable la posibilidad de avanzar hacia un sistema plurianual.

El ministro Gonzalo Blumel también intervino a su vez y remarcó ante la concurrida audiencia que la propuesta del Gobierno "no es antojadiza".

Ante el grupo parlamentario y el Ejecutivo, Bárbara Figueroa, presidenta de la CUT, mantuvo su oposición a la propuesta del Gobierno y remarcó que el tema no solo implica un asunto de "cifras", sino que de una realidad que afecta a un grupo importante de trabajadores para los cuales este ingreso termina siendo insuficiente.

Durante el debate, los parlamentarios expresaron variadas opiniones sobre la iniciativa en trámite, marcándose en general un apoyo de parte del oficialismo a la política del Gobierno, aunque con algunas observaciones; mientras que la oposición se expresó contraria a la propuesta.

Para el diputado Patricio Melero (UDI), que integra tanto la comisión de Hacienda como la de Trabajo, la plurianualidad permitirá una economía más planificada.

En tanto, el diputado Manuel Monsalve (PS) llamó al gobierno a ser claro con las políticas de salario mínimo.

El proyecto de reajuste del ingreso mínimo mensual continuará su debate este miércoles 8 de agosto y espera ser votado en Sala el lunes 13 de agosto.

(Disponível em: https://www.camara.cl/prensa/noticias_detalle.aspx?prmId=134799)

29. En el siguiente fragmento del texto: "El ministro Gonzalo Blumel también intervino a su vez y remarcó ante la concurrida audiencia que la propuesta del Gobierno "no es antojadiza".", la expresión "no es antojadiza" puede ser sustituida por:

- (A) "no es partidaria"
- (B) "no es caprichosa"
- (C) "no es molesta"
- (D) "no es antagónica"
- (E) "no es intolerante"

30. Según el texto podemos afirmar que:

- (A) El proyecto presentado que se refiere al monto del ingreso mínimo mensual tuvo una amplia aceptación por todos los representantes que acudieron al debate menos por la oposición, el ministro de Hacienda y el ministro del Trabajo.
- (B) El proyecto presentado que se refiere al monto del ingreso mínimo mensual tuvo una amplia aceptación por todos los representantes que acudieron al debate menos por el ministro Gonzalo Blumel, el ministro del Trabajo y la presidenta de la Central Unitaria de Trabajadores.
- (C) El proyecto presentado que se refiere al monto del ingreso mínimo mensual tuvo una amplia aceptación por todos los representantes que acudieron al debate menos por la presidenta de la Central Unitaria de Trabajadores, el ministro de Hacienda y el diputado Patricio Melero.
- (D) El proyecto presentado que se refiere al monto del ingreso mínimo mensual tuvo una amplia aceptación por todos los representantes que acudieron al debate menos por la presidenta de la Central Unitaria de Trabajadores, la oposición y el diputado Manuel Monsalve.
- (E) El proyecto presentado que se refiere al monto del ingreso mínimo mensual tuvo una amplia aceptación por todos los representantes que acudieron al debate menos por el ministro Gonzalo Blumel, la presidenta de la Central Unitaria de Trabajadores y el diputado Manuel Monsalve.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

Atenção: Leia o texto abaixo para responder às questões de 31 a 43.

Para assegurar a pertinência da dominação produtiva industrial, do modo de pensar e de fazer que a gera e que ela induz, é preciso fazer romper a alteridade em múltiplas facetas de exotismo. É preciso também fazer aparecer as sociedades ainda diferentes como caminhos sem saída, erros, ausências ou inacabados no curso de uma progressão histórica inelutável. Na melhor das hipóteses, poder-se-ia considerá-los como traços de fases anteriores na construção da cidade humana universal. As sociedades que a exploração descobre, tornam-se imagens fotográficas e depois cinematográficas suscetíveis de ser transportadas, editadas, montadas, referidas e, sobretudo, comentadas em relação a um espectador cuja centralidade e o caráter de referencialidade essencial não são postos em questão. Trata-se de tentativas de levantamentos sistemáticos de desvios e de etapas no que será a elaboração de uma humanidade alocada sob a chancela universal do darwinismo.

A melhora das condições técnicas da exploração do mundo (transporte e comunicação se aperfeiçoam com a máquina a vapor, a eletricidade e o telégrafo) fornecia a essas intenções meios cada vez mais performativos. O cinema completa a panóplia dos instrumentos para essa coleta generalizada, fundindo a ambição do olhar à objetividade pela supressão dos obstáculos do espaço e do tempo. A imagem animada capta o transitório da duração, supera a subjetividade do testemunho duvidoso dos viajantes de longa distância, suprime os desvios especiosos da memória: os momentos fugidios da vivência, as singularidades e as diferenças do Outro tornam-se transportáveis e, portanto, observáveis à vontade, como o obelisco de Luxor, as múmias do Egito ou os afrescos do Partenon.

A etnografia iniciada por Franz Boas, e que fará da pesquisa de campo seu “laboratório” indispensável, emergindo dos limbos da reflexão teórica e frequentemente ética sobre as origens e as etapas das sociedades humanas, se tornará, do mesmo modo, um instrumento dessa coleção de realidades do mundo e de uma “objetivação” no mesmo sentido do olhar. A apresentação de uma observação dinâmica e totalizante, a passagem “pelo campo” e, portanto, a experimentação, fazem do cinema e da etnografia irmãos gêmeos de um empreendimento comum de descoberta, de identificação, de apropriação e talvez de absorção e de assimilação do mundo e de suas histórias.

Ao extremo da distância/diferença constatada, nas regiões mais remotas, no seio das sociedades mais exóticas, se – isto é, este anônimo genérico e referencial que se considera o homem branco – identificavam, com um fervor receoso, primitivismos nos limites de um inquietante estado de natureza, canibalismos “selvagens” marcando aparentemente o que devia ser o salto qualitativo em direção à cultura ou antes em direção à Civilização com sua maiúscula. Com essas designações, essas estigmatizações fascinadas, o homem ocidental decerto mastigava, como em uma denegação analítica, sua própria bulimia, sua necessidade incessante de apropriação, de dominação, projetando finalmente no outro seu próprio desejo de consumo, de devoração...! A gravação por imagem e som, assim como o empreendimento de categorização etnográfica, contribuem para os mesmos efeitos: absorver a distância material do outro e reduzi-lo a imagem e a conceitos de que se alimentam meu olhar e minha mente.

(Adaptado de: PIAULT, Marc. **Antropologia e Cinema**. São Paulo, Editora Unifesp, 2018)

31. Quanto ao uso da imagem cinematográfica descrito no texto, é correto afirmar:
- (A) A vantagem, desde o início percebida, das imagens cinematográficas consistia não apenas no registro do movimento, mas também na não interferência do homem quanto à seleção do que seria abarcado pela câmera.
 - (B) A objetividade proporcionada pelas imagens cinematográficas desde o início inclinou-se à preservação de culturas exóticas, como exemplos de diversidade no desenvolvimento cultural.
 - (C) As imagens cinematográficas tomadas pelos exploradores de novas culturas traziam consigo um questionamento a respeito das ideias evolucionistas em voga naquele momento.
 - (D) O registro que os exploradores faziam das diferentes culturas prestava-se a torná-las um objeto de consumo e, ao mesmo tempo, a justificar sua suposta superioridade cultural.
 - (E) Valendo-se de imagens cinematográficas como registro narrativo, os pesquisadores podiam restringir-se ao comentário teórico e à reflexão ética a respeito das diferentes culturas.
-
32. *Trata-se de tentativas de levantamentos sistemáticos de desvios e de etapas no que será a elaboração de uma humanidade alocada sob a chancela universal do darwinismo.*
- Levando em consideração o contexto, a frase acima
- (A) esclarece todo o conteúdo do parágrafo, mostrando uma discordância de base entre a etnografia e a ciência da época.
 - (B) fornece o fundamento teórico que norteava a etnografia enquanto disciplina que não apenas refletia sobre o lugar do outro, mas também relativizava seu próprio lugar.
 - (C) estabelece um princípio geral de análise, o darwinismo, em que se pautava a etnografia, de maneira a tornar-se imparcial e não adotar nenhum ponto de vista como parâmetro.
 - (D) resume o parágrafo, situando a ideologia da época que norteava os procedimentos então adotados para justificá-la.
 - (E) mostra como a ideologia da época encarregava-se de estabelecer traços distintivos entre o homem e o mundo natural, que não teria alcançado o mesmo desenvolvimento.



33. Atente para as afirmações abaixo, referentes ao uso de recursos expressivos no texto:

- I. No segmento *de campo seu "laboratório"* (3º parágrafo), as aspas conferem um sentido comparativo e, ao mesmo tempo, aproximativo ao termo que isolam, de forma que uma redação equivalente para o segmento pode ser: "de campo como que seu laboratório".
- II. Em "*objetivação*" (3º parágrafo), o uso das aspas assinala um sentido irônico, a apontar para o ponto de vista do autor, contrário ao processo em questão.
- III. O uso de maiúscula e grifo em *Civilização* (último parágrafo), aliado ao artigo definido, evidenciado pelo sinal de crase, concorrem para a consideração de que a cultura ocidental era vista como mais desenvolvida que as demais culturas em questão.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I.
- (C) I e II.
- (D) II.
- (E) II e III.

34. Quanto à ocorrência de crase é correto afirmar:

- (A) Em *...fundindo a ambição do olhar à objetividade pela supressão dos obstáculos* (2º parágrafo), a crase se deve ao fato de o termo sublinhado ser particularizado pelo segmento a ele subsequente.
- (B) A crase em *observáveis à vontade* (2º parágrafo) deve-se à regência do adjetivo, de modo que pode ser suprimida caso o adjetivo seja substituído por um verbo.
- (C) Embora fosse correto utilizar crase em "reduzi-lo à imagem" (último parágrafo), poderia pensar-se assim que tal imagem já seria conhecida de antemão pelo enunciador.
- (D) Em *supera a subjetividade do testemunho* (2º parágrafo), o uso de crase é opcional, uma vez que o termo sublinhado é preposição e a ele se segue um substantivo feminino.
- (E) Caso se substitua o verbo sublinhado em *absorver a distância material do outro* (último parágrafo) por "ultrapassar", o "a" subsequente deverá receber o sinal indicativo de crase.

35. ... se – isto é, este anônimo genérico e referencial que se considera o homem branco – identificavam, com um fervor receoso, primitivismos... (último parágrafo)

A respeito do segmento acima, é correto afirmar que o autor

- (A) explica a que se refere o pronome "se", enquanto índice de indeterminação do sujeito, forma de ilustrar a impessoalidade e a centralidade que ocupa nas teorias da época.
- (B) chama atenção para o uso do pronome "se", partícula apassivadora, a elidir o agente, conferindo ao texto um efeito discursivo que reflete a centralidade do espectador.
- (C) identifica, com o uso da conjunção "se", uma marca discursiva que põe em questão o anonimato por trás do discurso cientificista que marca o surgimento do cinema.
- (D) aponta para a tentativa de caracterizar, com o uso do pronome "se", a neutralidade seja do discurso, seja do enunciador, que atribui às diferentes culturas um valor semelhante.
- (E) esclarece a referência discursiva que se tenta esconder ao suprimir o sujeito da oração, fazendo uso da partícula "se", de maneira a forjar um sucedâneo do anonimato da maioria dos pesquisadores da época.

36. Uma expressão do texto encontra seu equivalente de sentido em:

- (A) *fervor receoso* (último parágrafo): incitação aterrorizante
- (B) *panóplia dos instrumentos* (2º parágrafo): aparato instrumental
- (C) *estigmatizações fascinadas* (último parágrafo): virtualizações deslumbradas
- (D) *denegação analítica* (último parágrafo): afirmação sumária
- (E) *desvios especiosos* (2º parágrafo): subterfúgios peculiares

37. Mantendo-se a correção e, em linhas gerais, o sentido original, os termos sublinhados, em *É preciso também fazer aparecer as sociedades ainda diferentes como caminhos sem saída* (1º parágrafo) e *em canibalismos "selvagens" marcando aparentemente o que devia ser o salto qualitativo* (último parágrafo), podem ser substituídos respectivamente por:

- (A) que apareçam – para que se marque
- (B) para que apareçam – enquanto marcam
- (C) com que aparecessem – que marquem
- (D) por que aparecessem – de modo a marcar
- (E) com que apareçam – que marcavam



38. Está correto o que se afirma sobre a pontuação do texto em:
- (A) Em *A imagem animada capta o transitório da duração, supera a subjetividade* (2º parágrafo), a vírgula marca a elipse do sujeito do verbo em destaque.
 - (B) Em *de longa distância, suprime os desvios* (2º parágrafo), caso se substitua a vírgula por “e”, o segmento subsequente à conjunção deixaria de ser aposto.
 - (C) Em *fornecia a essas intenções meios cada vez mais performativos* (2º parágrafo), o segmento sublinhado não pode ser isolado por vírgulas, pois é complemento do verbo.
 - (D) Em *para os mesmos efeitos: absorver a distância material do outro* (último parágrafo), os dois-pontos podem ser substituídos por ponto e vírgula, sem prejuízo da correção.
 - (E) Em *As sociedades que a exploração descobre, tornam-se imagens fotográficas* (1º parágrafo), ainda que a vírgula separe o sujeito “sociedades” do verbo “tornam-se”, está correta, pois assinala o término de uma oração adjetiva restritiva.

39. ... comentadas em relação a um espectador cuja centralidade e o caráter de referencialidade essencial não são postos em questão. (1º parágrafo)

A etnografia iniciada por Franz Boas, e que fará da pesquisa de campo seu “laboratório” indispensável... (3º parágrafo)

... absorver a distância material do outro e reduzi-lo a imagem e a conceitos de que se alimentam meu olhar e minha mente. (último parágrafo)

Os termos sublinhados acima refere-se respectivamente a:

- (A) espectador – etnografia – imagem e conceitos
- (B) centralidade – etnografia – imagem e conceitos
- (C) espectador – Franz Boas – olhar e mente
- (D) centralidade – Franz Boas – olhar e mente
- (E) espectador – Franz Boas – imagem e conceitos

40. A flexão do verbo em destaque deve-se ao elemento sublinhado em:

- (A) ... e reduzi-lo a imagem e a conceitos de que se **alimentam** meu olhar e minha mente.
- (B) A etnografia iniciada por Franz Boas, e que **fará** da pesquisa de campo seu “laboratório”...
- (C) ... **fazem** do cinema e da etnografia irmãos gêmeos de um empreendimento comum de descoberta...
- (D) **Trata-se** de tentativas de levantamentos sistemáticos de desvios e de etapas...
- (E) ... no que **será** a elaboração de uma humanidade alocada sob a chancela universal do darwinismo.

41. *A etnografia iniciada por Franz Boas, e que fará da pesquisa de campo seu “laboratório” indispensável,[...] se tornará, do mesmo modo, um instrumento dessa coleção de realidades do mundo ...* (3º parágrafo)

Caso se atribua sentido hipotético à frase acima, os verbos, mantida sua correlação, deverão assumir a seguinte forma:

- (A) fazia – iria se tornar
- (B) fizesse – se tornaria
- (C) teria feito – se tornaria
- (D) teria feito – tinha se tornado
- (E) fizesse – teria se tornado

42. *A melhora das condições técnicas da exploração do mundo (transporte e comunicação se aperfeiçoam com a máquina a vapor, a eletricidade e o telégrafo) fornece a essas intenções meios cada vez mais performativos.*

Mantendo-se a correção e, em linhas gerais, o sentido, as orações que compõem a frase acima encontram-se articuladas por meio de subordinação em:

- (A) Desde que o transporte e a comunicação se aperfeiçoassem, com a máquina a vapor, a eletricidade e o telégrafo, a melhora das condições técnicas da exploração do mundo forneceria meios cada vez mais performativos a essas intenções.
- (B) Com o aperfeiçoamento do transporte e da comunicação, com a máquina a vapor, e eletricidade e o telégrafo, a melhora das condições técnicas da exploração do mundo fornecia a essas intenções meios cada vez mais performativos.
- (C) Meios cada vez mais performativos eram fornecidos a essas intenções com a melhora das condições técnicas da exploração do mundo – transporte e comunicação aperfeiçoando-se com a máquina a vapor, a eletricidade e o telégrafo.
- (D) Transporte e comunicação se aperfeiçoam com a máquina a vapor, a eletricidade e o telégrafo; portanto, a melhora das condições técnicas da exploração do mundo fornecia a essas intenções meios cada vez mais performativos.
- (E) O transporte e a comunicação se aperfeiçoavam com a máquina a vapor, a eletricidade e o telégrafo, de modo que tal melhora nas condições técnicas da exploração do mundo fornecia meios cada vez mais performativos a essas intenções.



43. No segmento *do modo de pensar e de fazer que a gera e que ela induz*, a oração sublinhada complementa o sentido de
- (A) um adjetivo ou uma locução adjetiva, e pode ser substituída por um substantivo.
 - (B) um verbo ou uma locução verbal, e pode ser substituída por um adjetivo.
 - (C) um verbo ou uma locução verbal, e pode ser substituída por um advérbio.
 - (D) um nome ou uma locução nominal, e pode ser substituída por um adjetivo.
 - (E) um nome ou uma locução nominal, e pode ser substituída por um verbo.
-
44. As normas de concordância encontram-se respeitadas em:
- (A) A antropologia compartilhada entre muitos pesquisadores fornecem os elementos necessários a uma visão mais abrangente das diferenças culturais.
 - (B) O cinema, a fotografia, o registro textual, tudo são modos de apropriação e assimilação do mundo, frutos da inquietação humana.
 - (C) Cada um dos que se dedicavam à exploração de culturas longínquas tomavam contato com inadvertidos costumes, como o canibalismo, por exemplo.
 - (D) A imagem autofágica dos exploradores, remetendo-nos à figura mitológica de Tântalo, introduzem-nos à crítica ao consumo incessante.
 - (E) A identificação e a sistematização das descobertas, em ambientes de pesquisa, tratam-se de práticas comuns a inúmeros ramos do conhecimento.
-
45. O termo em destaque está empregado corretamente em:
- (A) É o que percebemos em certos realizadores como Jean Rouch ou MacDougall, **para quem** a câmera é provocadora, incitativa.
 - (B) ... as diversas realizações documentais exploram de um certo modo aquilo **que** nos preocupamos aqui
 - (C) O debate engajado entre cinematógrafo e cinema será aquele no interior **do que** se encontrará a antropologia...
 - (D) Na impressionante paisagem do altiplano, esse homem, **em que** desaparece antes do fim do filme, fala de um outro mundo...
 - (E) ... uma África **onde** não se excluíam as representações da mudança e da diversidade contemporânea...
-
46. Encontramos correspondência correta entre as formas verbais na frase:
- (A) Se pensássemos nas normas trazidas pela nova lei que acabou de ser promulgada, encontraremos todos os fundamentos de que necessitamos.
 - (B) Caso eles quisessem ter direito à permanência em sociedade, um antagonismo detestável viria à tona.
 - (C) Se houvesse um perfeito regime democrático, as decisões favoráveis virão para a maioria dos que lutaram por ele.
 - (D) Quando houver a necessidade de análises mais minuciosas é que poderíamos saber se o funcionamento da máquina será descontinuado.
 - (E) É paradoxal a noção de domínio sistemático dessa matéria, mas devemos delimitar o campo para que beneficiamos a todos.
-
47. Está correta a redação da seguinte frase:
- (A) A população do bairro se queixou que não houve ajuda por parte dos bombeiros.
 - (B) Esta lei sobre a comercialização de produtos todos obedecem.
 - (C) É o tipo de argumento jurídico que ninguém discorda.
 - (D) O professor fez considerações polêmicas que muitos alunos concordaram.
 - (E) É este o livro de teoria econômica que li durante o meu curso.
-
48. As normas de concordância verbal e nominal encontram-se respeitadas em:
- (A) Como já era meio-dia e meio, havia muitas lojas fechadas.
 - (B) Deve ter sobrado uns quinhentos reais depois da compra do carro.
 - (C) Mais da metade dos resgates já foram efetuados, mas houve indícios de fraude.
 - (D) Duzentas gramas de farinha são suficientes para fazer essa torta.
 - (E) Fazem anos desde que aconteceu aquele evento, mas, mesmo assim, é necessário cautela com as autoridades daquela cidade.



49. Considerando a teoria a respeito da elaboração de resenhas:
- (A) O texto de uma resenha crítica deve contemplar aspectos formais como custo de produção da obra e os direitos autorais.
 - (B) A resenha crítica é uma apreciação interpretativa de um texto, sendo, portanto, carente de objetividade.
 - (C) A resenha crítica é um resumo estendido contendo uma minuciosa relação das propriedades de um objeto.
 - (D) A resenha crítica difere da resenha descritiva por fazer uso de recursos de progressão textual e concordância associativa.
 - (E) Embora não se confundam, a resenha descritiva está mais próxima da paráfrase do que a resenha crítica.
-
50. Sobre os processos de revisão e normalização de textos, é correto afirmar:
- (A) O revisor deve fazer comentários e até trazer sugestões de estilo ao autor, como a utilização de palavras mais elegantes e preciosistas para conferir credibilidade e sofisticação ao texto.
 - (B) *Op. cit.*, *idem*, *ibidem*, *apud*, *sub judice*, *et al.* são expressões latinas utilizadas comumente como recurso de normalização de texto.
 - (C) O trabalho de copidesque é considerado mais simples que o da revisão *stricto sensu*, pois esta última se aproxima de uma reescrita do texto original.
 - (D) De modo a facilitar a organização e a compreensão dos dados, quando houver um volume considerável de informações analisadas, pode-se lançar mão de representações ilustrativas como quadros e tabelas.
 - (E) A citação direta é a menção, no texto, de ideias e informações da obra de um outro autor, mas de forma parafraseada. Nela, não há a necessidade de utilização de nenhum tipo de destaque ou aspas.
-
51. A respeito da redação parlamentar:
- (A) A redação parlamentar inclui modalidades de textos como pareceres, notas técnicas, notas informativas, que devem primar pela clareza e objetividade, fazendo uso de palavras em seu sentido comum, a não ser quando o assunto for de natureza técnica.
 - (B) Clareza, precisão, coerência, concisão e consistência são características importantes do texto parlamentar, as quais garantem seu caráter de impessoalidade.
 - (C) Especialmente em documentos de caráter técnico, deve-se fazer uso de termos laudatórios sempre que possível como meio de garantir o devido reconhecimento das autoridades parlamentares.
 - (D) A consistência de um texto parlamentar deriva essencialmente de sua adequada fundamentação teórica e do uso da literatura científica atualizada.
 - (E) O princípio constitucional da publicidade dos textos parlamentares é regulado pelo Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (CONAR) quando de sua divulgação.
-
52. Considerando o disposto na Lei Complementar nº 13, de 3 de setembro de 1996, é correto afirmar:
- (A) Essa lei regulamenta o artigo 69 da Lei Orgânica, dispondo sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis federais.
 - (B) A proposta de criação de um direito, chamada de iniciativa e que dá início ao processo legislativo, pode ser apresentada tanto pelo Governador como pelos membros e órgãos da Câmara Legislativa.
 - (C) Deliberação é a etapa do processo legislativo por meio da qual a Câmara Legislativa decide sobre a conveniência, oportunidade e conteúdo das propostas de emenda à Lei Orgânica.
 - (D) O processo de elaboração das leis tem como etapas: iniciativa, emendas, discussão, deliberação, sanção, publicação e capacitação.
 - (E) Supressivo, aglutinativo, substitutivo, modificativo, aditivo e de redação são os tipos de vetos de que trata essa lei.
-
53. Em relação ao discurso político:
- (A) Conectores de adição como “é evidente que” conferem coerência ao discurso e facilitam sua exposição.
 - (B) A retórica opõe-se à verdade provida pela lógica formal e exemplifica-se pelas falácias do discurso.
 - (C) O discurso político dos pronunciamentos em plenário, por sua natureza técnica, é caracterizado pela objetividade, parcimônia e impessoalidade.
 - (D) O discurso político eloquente segue as mesmas regras que orientam a redação formal das leis.
 - (E) O discurso político é argumentativo, persuasivo e pode recorrer a imagens, lugares-comuns ou construções paralelísticas.



Atenção: Leia o texto abaixo para responder às questões de números 54 a 59.

O paulista Monteiro Lobato (1882-1948) não foi apenas um grande escritor, foi também um editor pioneiro no Brasil com a Cia. Editora Nacional, portanto, uma autoridade em matéria de livros, dominando desde a concepção do texto até o produto acabado na prateleira. Invoco sua figura para falar da coisa mais banal e nem por isso menos dramática quando se trata de escrever e publicar: o erro de revisão. Duas semanas atrás quase perdi o sono ao deixar sair aqui uma crônica com quatro sacis gritantes – quatro erros de digitação que o paginador Fábio Oliveira, assim que solicitado, me fez o imenso favor de eliminar. Falando certa vez a respeito dessa tragédia também conhecida como galha ou pastel e que, no seu tempo, ainda se chamava erro tipográfico, Lobato assim se manifestou: “A luta contra o erro tipográfico tem algo de homérico. Durante a revisão os erros se escondem, fazem-se positivamente invisíveis. Mas, assim que o livro sai, tornam-se visibilíssimos, verdadeiros sacis a nos botar a língua em todas as páginas. Trata-se de um mistério que a ciência ainda não conseguiu decifrar”.

Se é assim com o livro, produto de elaboração demorada que comumente é lido e relido muitas vezes e por muitos olhos antes de ser impresso, o que dizer do texto jornalístico, que hoje se escreve e se publica quase simultaneamente no meio digital? Embora em geral curto, o texto de jornal nem por isso está menos sujeito ao acúmulo de galhas. Algum tempo atrás, ao falar da obrigação de rever a própria escrita em sua coluna em O Globo, Elio Gaspari empregou o advérbio perfeito ao dizer que lera e relera aquele trabalho “piedosamente” antes de autorizar sua publicação. O termo supõe a ideia de penitência, daí sua exatidão, porque se o trabalho de escrever pode ser penoso ou gratificante, rever o próprio texto é sempre uma penitência. E uma penitência cada vez mais inevitável, já que a figura do revisor parece fadada a desaparecer das redações, se é que já não desapareceu.

E não é somente grande pena que esse animal indispensável esteja em risco de extinção, o seu fim seria também a consumação de uma eterna injustiça, porque injustiçado ele tem sido desde sempre. Falo com a autoridade de quem já reviu muito texto alheio durante muito tempo. O revisor é aquele profissional que acerta milhões de vezes, sem merecer um único elogio, mas no dia em que deixa passar um só erro ele é prontamente chamado de incompetente.

Deve ser por isso que José Saramago, certamente um bom conhecedor das agruras da profissão, criou a figura impagável daquele revisor chamado Raimundo Silva no romance História do Cerco de Lisboa. Tendo passado uma vida inteira num trabalho apagado e obscuro, um belo dia Raimundo Silva resolve acrescentar uma simples palavra – “não” – ao texto que está a revisar, e com isso muda completamente os rumos de toda uma história. Bem feito.

(MOREIRA, Eliezer. “Revisão de texto, uma penitência”, **O Mirante**, 13/06/2016)

54. De acordo com o texto,

- (A) José Saramago satiriza a figura do revisor, imputando-lhe a responsabilidade pelos problemas que sofrem os textos ao entrarem em processo de edição, como o acréscimo de erros.
- (B) a revisão de texto está fadada ao fracasso, razão pela qual os editoriais de jornal e de livros têm substituído o trabalho humano pelo computacional, o que redundaria em publicações digitais.
- (C) o trabalho do revisor é qualificado como “penitente” por Elio Gaspari, uma vez que não envolve o prazer “gratificante” da escrita, ainda que as recompensas sejam colhidas com a publicação dos livros ou jornais.
- (D) a revisão é um trabalho tão minucioso quanto árduo, na medida em que um e outro erro costumam escapar aos olhos do mais esforçado profissional, em quem recai de imediato a responsabilidade.
- (E) o próprio autor reclama da atividade de revisor, chegando a afirmar que é “animal” em “risco de extinção”, dados os erros de revisão com que teve de lidar ao publicar outra de suas crônicas.

55. Na frase Se é assim com o livro, produto de elaboração demorada que comumente é lido e relido muitas vezes e por muitos olhos antes de ser impresso, o que dizer do texto jornalístico, que hoje se escreve e se publica quase simultaneamente no meio digital?, o termo sublinhado,

- (A) ainda que seguido de verbo de ligação, estabelece uma condição *sine qua non* para a ocorrência do que está expresso na oração principal.
- (B) quando seguido de advérbios conclusivos, esclarece também o resultado do cumprimento de uma condição.
- (C) embora comumente introduza uma condição, apresenta, quando seguido de verbo no indicativo, sentido causal.
- (D) quando em oração interrogativa, assume o papel de pronome interrogativo, reforçando o sentido hipotético da frase.
- (E) por preceder um verbo no indicativo, tem função pronominal, semelhante às duas outras ocorrências na mesma frase, em “se escreve e se publica”.



56. As frases abaixo referem-se à pontuação do texto.

- I. A vírgula imediatamente após “Editora Nacional”, em *com a Cia. Editora Nacional, portanto, uma autoridade* (1º parágrafo), pode ser substituída por um travessão, sem prejuízo para a correção e o sentido.
- II. O segmento sublinhado *Em mas no dia em que deixa passar um só erro ele é prontamente chamado de incompetente* (3º parágrafo), pode ser isolado com vírgulas, sem prejuízo para a correção e o sentido.
- III. Em *quando se trata de escrever e publicar: o erro de revisão* (1º parágrafo), os dois-pontos, embora possam ser substituídos por vírgula, conferem maior ênfase ao segmento subsequente.

Está correto o que consta de

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

57. O segmento sublinhado que expressa ideia de consequência encontra-se em:

- (A) *Falo com a autoridade de quem já reviu muito texto alheio...*
- (B) *O termo supõe a ideia de penitência, daí sua exatidão, porque se o trabalho de escrever...*
- (C) *Deve ser por isso que José Saramago, certamente um bom conhecedor das agruras da profissão...*
- (D) *Tendo passado uma vida inteira num trabalho apagado e obscuro, um belo dia Raimundo Silva resolve...*
- (E) *E não é somente grande pena que esse animal indispensável esteja em risco de extinção...*

58. A respeito do segmento sublinhado, em *E uma penitência cada vez mais inevitável, já que a figura do revisor parece fadada a desaparecer das redações*, se é que já não desapareceu, é correto afirmar que é oração

- (A) causal, mas poderia ser substituída por proporcional, corroborando o sentido do segmento anterior.
- (B) causal, mas manteria o mesmo sentido se substituída por oração final.
- (C) proporcional, uma vez que seu sentido é determinado pelo advérbio de intensidade “mais”.
- (D) temporal, assim considerada em função do advérbio de tempo “já”, que rege o pronome “que”.
- (E) temporal, em que o advérbio “já” pode ser substituído por “ainda”, sem prejuízo para a correção.

59. Com a frase *Trata-se de um mistério que a ciência ainda não conseguiu decifrar*, Monteiro Lobato,

- (A) ao referir-se a mistério, corrobora o matiz trágico que envolve o problema, em vão estudado por cientistas.
- (B) mediante o uso jocoso de um lugar-comum, encarece o problema, afirmando que nem mesmo a ciência conseguiu resolvê-lo.
- (C) após descrever o caso, opta por atribuir-lhe causa científica desconhecida, visto que se torna irrelevante sua importância na publicação de textos.
- (D) ao traçar um paralelo entre a ciência e as artes, em especial a literatura, espera encontrar um ponto de confluência na resolução do problema em pauta.
- (E) após atribuir ao fato uma envergadura heroica, pela referência a Homero com um bordão literário, diminui sua importância aproximando-o da ciência.

60. As frases abaixo foram adaptadas do romance *História do Cerco de Lisboa*, de José Saramago. Está correta a redação do que se encontra em:

- (A) Agora me ocorrem que tanto o Eça, como o Balzac, se sentiriam os mais felizes dos homens, nos tempos de hoje, diante de um computador, interpolando, transpondo, recorrendo linhas, trocando capítulos.
- (B) Errar, disse-o que sabia, é próprio do homem, o que significa se não é erro tomar as palavras a letra, que não seria verdadeiro homem àquele que errasse.
- (C) Porém, esta suprema máxima não se podem utilizar como desculpa universal que a todos nos absolvemos de juízos coxos e opiniões mancas.
- (D) Está demonstrado, portanto, que o revisor errou, que, se não errou, confundiu, que, se não confundiu, imaginou, mas venha atirar-lhe a primeira pedra aquele que não tenha errado, confundido ou imaginado nunca.
- (E) O revisor tem nome, chama-se Raimundo. Era já tempo de sabermos quem seja a pessoa de quem vimos falando indiscretamente, se é que nome e apelidos alguma vez pôde acrescentar proveito que se vissem às costumadas referências sinaléticas e outros desenhos.